

[JURÍDICO]**28,86% e outras demandas judiciais
foram temas de reunião virtual**

Encontro entre Sindicato e filiados ocorreu no último dia 21 de junho; confira, no texto, o link para rever a videoconferência na íntegra



A demanda referente aos 28,86% e outras ações foram temas de reunião virtual entre o Sinal e os filiados no último dia 21 de junho. Este foi o segundo encontro da nova gestão do Sindicato com a categoria para tratar de questões relacionadas à área jurídica. Para assistir à videoconferência na íntegra, acesse <https://bit.ly/3gST1X7>.

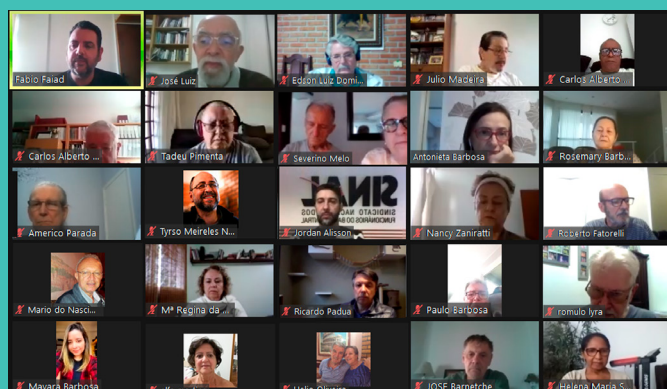
Conforme informou o presidente, Fábio Faiad, o objetivo é dar periodicidade mensal à atividade, para o esclarecimento de dúvidas não só sobre ações, mas referentes aos diversos temas de interesse dos servidores do BC e do serviço público em geral.

Faiad, acompanhado do corpo jurídico do Sinal, apresentou um breve histórico do pleito diante do Judiciário, das tratativas que haviam sido desenvolvidas no âmbito do Grupo de Trabalho para a redução da litigiosidade e do cenário atual.

Retomada dos diálogos

Ainda durante a atividade com os filiados, o presidente do Sindicato relatou reunião, realizada em 17 de junho, com representantes do Departamento de Gestão de Pessoas, Educação, Saúde e Organização (Depes) e da Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBCB), para a retomada das discussões sobre os 28,86%.

Na oportunidade, o Sinal propôs, em linha com a decisão dos servidores da Autarquia tomada por meio de Assembleia Geral Nacional (AGN), a abertura formal de uma mesa de negociação. O chefe do



Depes, Marcelo Cota, mostrou-se favorável à ideia, mas apontou alguns problemas que precisam ser resolvidos antes de tal abertura. Além disso, propôs a busca de soluções inovadoras para que haja avanços.

O representante da PGBCB, Dr. Flávio Roman, salientou a importância de se analisar todo o histórico do tema, de se avaliar os fatos ocorridos nas tentativas anteriores e de se evitar a repetição de problemas. Fábio Faiad propôs, então, que Sinal, Depes e PGBCB fizessem um ciclo de, pelo menos, mais 4 ou 5 reuniões virtuais, a fim de discutir soluções para se abrir uma Mesa Formal de Negociação, o que foi aceito, tanto pelo Depes quanto pela PGBCB.

Assim que forem realizados novos encontros entre as partes, noticiaremos em nosso site (sinal.org.br). Caso queira receber nossos informativos diretamente pelo WhatsApp, envie mensagem para **(61) 981458400**. Estamos trabalhando para melhorar a comunicação com você, filiado!

OLÁ, COLEGA.

A quinta edição do **Sinal Plural Expresso** reflete o que tem sido a tônica dos primeiros meses da atual gestão do Sindicato: a luta em defesa dos pleitos mais urgentes da categoria e a busca pelo aprimoramento contínuo da comunicação com o filiado.

A PEC 32/2020 concentra as atenções no Parlamento. O Sinal, juntamente a outras entidades do funcionalismo, segue atuando contra a reforma administrativa que, ao contrário do que diz o governo, traz prejuízos também para os atuais servidores e, mesmo, para os já aposentados.

Em linha com consultas e demandas recorrentes dos filiados, disponibilizamos assessoria jurídica para o ingresso de ações referentes à conversão em pecúnia de Licença-Prêmio não usufruída e à correção monetária das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

No que se refere à comunicação, lançamos o SinalCon 2021. Os fóruns multitemáticos, no Facebook, têm o objetivo de debater a atuação frente à pauta reivindicatória dos servidores. Ainda, promovemos reuniões virtuais para tirar dúvidas sobre as ações judiciais em curso e disponibilizamos o e-mail **mudarosinal@sinal.org.br** para envio de sugestões sobre variados assuntos.

Vamos juntos seguir mudando o nosso Sindicato?

Boa leitura!

[SERVIÇO]

Sinal disponibiliza assessoria jurídica para ingresso de ações sobre conversão de Licença-Prêmio e correção do FGTS

Atento aos pleitos dos filiados, o Sinal passou a oferecer recentemente assessoria para o ingresso de duas novas demandas judiciais: conversão em pecúnia de Licença-Prêmio não usufruída e ajuste na correção monetária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Licença

Com a extinção da Licença-Prêmio, em 1996, restou assegurada, por força do direito adquirido, a concessão da licença relativamente aos quinquênios já completados até 15/10/1996 para efeitos de gozo, contagem em dobro para fins de aposentadoria ou conversão em pecúnia no caso de falecimento do servidor. Embora não previsto em lei, o Judiciário reconheceu o direito à conversão em pecúnia também para todos os servidores.

Fazem jus aqueles que conquistaram o direito à licença-prêmio até 15/10/1996 e não tenham usufruído nem contado em dobro o tempo para aposentadoria. O prazo para requisição é de até cinco anos, a partir da data da aposentadoria.

Ao se aposentar, o servidor deve observar no SISBACEN se há registro do “Fato Funcional – Licença-Prêmio” ou consultar a área de pessoal do BC (Depes). Caso tenha direito, deve requerer administrativamente a conversão. Em havendo a negativa administrativa, abre-se a possibilidade de questionamento no Judiciário.

Para mais informações sobre os procedimentos administrativos e a ação judicial, entre em contato com o Jurídico do Sinal pelo telefone **(61) 3322-8208** ou pelo e-mail **juridiconac@sinal.org.br**.

FGTS

Muitos filiados procuraram o Sindicato, com a intenção de ter revista a correção de sua conta do FGTS, em face da repercussão do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) - ainda pendente - da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5090, que trata do tema.

A Suprema Corte definirá se as contas podem continuar sendo corrigidas pela Taxa Referencial (TR) ou se devem ser corrigidas por um índice que realmente recomponha a inflação, como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Tem direito a ingressar em juízo quem trabalhou com carteira assinada entre 1999 e 2013. Entretanto, é importante alertar que, a exemplo de qualquer ação judicial, há risco de sucumbência e, como a matéria ainda não está definida pelo STF, é possível que o desfecho seja desfavorável.

Para mais detalhes e esclarecimentos, os interessados podem entrar em contato com o Jurídico do Sinal, ou, ainda, com o escritório Cidade Schmorantz Advogados Associados, no telefone **(61) 3326-0554**.

PEC 32/2020 chega à Comissão Especial da Câmara

Matéria reserva ameaças a todas as gerações do funcionalismo

Em reunião no último dia 9 de junho foi instalada a Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisará a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020 - reforma administrativa. O deputado Fernando Monteiro (PP/PE) foi eleito presidente do colegiado. A relatoria da matéria ficará a cargo do deputado Arthur Maia (DEM/BA).

A nova fase de tramitação avaliará o mérito da PEC 32/2020. Vale lembrar que, no fim de maio, a proposta foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Casa, a despeito das flagrantes inconstitucionalidades apontadas pelas representações dos servidores públicos.

Ao contrário do que representantes do governo e de sua base aliada no Congresso Nacional vêm afirmando publicamente, os efeitos da matéria, caso aprovada nos termos atuais, não se limitarão aos futuros servidores. Em diversos pontos, até mesmo os já aposentados sofrerão impactos.

Um dos principais riscos da reforma do governo para os aposentados decorre da multiplicação de vínculos de trabalho na Administração Pública. O artigo 9º da PEC 32/2020 estabelece que, no prazo de dois anos, contados a partir da entrada em vigor da emenda constitucional, a União, os Estados, o DF e os Municípios poderão submeter ao Regime Geral de Previdência Social os servi-

dores que vierem a ocupar cargo com vínculo por prazo indeterminado. Portanto, a proposta de reforma administrativa traz mais uma divisão entre as gerações do funcionalismo, ao segregá-las em diferentes regimes previdenciários.

O fim do Regime Jurídico Único poderá, então, comprometer a capacidade de financiamento do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Com isso, ao se constatar déficit no RPPS, serão acionados dispositivos da Emenda Constitucional 103 (reforma da Previdência) que preveem a redução da faixa de isenção da contribuição sobre os proventos de aposentados e pensionistas - do valor correspondente ao teto do RGPS para um salário mínimo - e a criação de contribuições extraordinárias, em percentuais exorbitantes, de ativos, aposentados e pensionistas.

Outra repercussão desta multiplicação de vínculos de trabalho se dará no enfraquecimento do poder de mobilização dos servidores. Conforme destacado pelo assessor parlamentar Vladimir Nepomuceno, ainda na primeira edição do Sinal Plural Expresso, o esvaziamento dos atuais cargos públicos “significa diminuição gradativa do poder de pressão dos ocupantes desses cargos, principalmente a partir do momento em que a balança pender para maioria de aposentados em relação aos ativos”.

A falta de reposição dos atuais cargos pode, também, deixar os



aposentados sem paralelo na ativa para fins de paridade, o que comprometerá, ainda mais, reivindicações de matriz remuneratória.

Seguimos na luta e contamos com você

O Sinal segue atuando, em parceria com outras representações da classe, contra a reforma administrativa em pauta. Paralelamente ao trabalho de interlocução das lideranças com os parlamentares, em especial neste momento de pandemia, é fundamental o respaldo da categoria, com mobilizações no ambiente virtual.

Acompanhe mais notícias em nosso site (sinal.org.br) e nas nossas páginas no Facebook (facebook.com/sinalnacional) e no Instagram (instagram.com/sinalnacional) e atenda ao chamado para a luta. Você pode contribuir também com a definição de estratégias de enfrentamento à PEC 32/2020 por meio do SinalCon 2021. O Congresso de Fóruns Virtuais Multitemáticos ocorre no Facebook. Confira como acessar na página 4.

Engaje-se. A participação de todos será fundamental para impedir o desmonte do Estado.

PEC 32/2020: NOVA SEÇÃO NO PORTAL DO SINAL

Quer saber mais sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020 – reforma administrativa – e conhecer o trabalho desenvolvido pelo Sinal em relação à matéria? Inauguramos uma seção especial em nosso site.

O novo espaço traz artigos, notas e diversos outros materiais técnicos, que têm subsidiado o discurso e a atuação política do Sindicato. O objetivo é concentrar, em um só ambiente, informações úteis e também notícias atualizadas sobre a tramitação da PEC 32/2020.

Para conferir, acesse portal.sinal.org.br/pec-32. Conheça e compartilhe. O esclarecimento é uma importante ferramenta de combate à desinformação e à precarização do serviço público.



QUEREMOS TE CONHECER MELHOR



Com o objetivo de melhor conhecer o perfil da categoria e suas demandas, o Sinal realizará, a partir deste mês, pesquisa com os servidores aposentados do Banco Central do Brasil. O formulário será encaminhado por e-mail. Caso não receba a consulta, entre em contato com sua regional do Sindicato.

Sua participação é fundamental para o aperfeiçoamento da atuação do Sinal nas diversas frentes.

INOPORTUNA E CHEIA DE EQUÍVOCOS

Em artigo publicado pelo portal de notícias Jota, o presidente nacional do Sinal, Fábio Faiad, aponta as inconsistências da PEC 32/2020 – reforma administrativa do governo federal – tanto no que se refere ao mérito da matéria quanto em relação ao seu objetivo e tramitação no Congresso Nacional.

“Os servidores públicos estão ajudando o Brasil, tanto no combate à doença quanto na mitigação dos efeitos adversos da economia”, afirma, ao destacar o empenho dos profissionais que protagonizam o enfrentamento à crise sanitária. Exemplos disso são os servidores do Sistema Único de Saúde (SUS), que colocam suas vidas em risco para proteger a população brasileira, e do BC, que, durante a pandemia, desenvolveram o PIX e atuam na manutenção de uma política monetária anti-inflacionária.

Leia o artigo na íntegra em: bit.ly/3iOFgv2

SinalCon

28,86%, reforma administrativa (PEC 32/2020), temas que você viu nesta edição do Sinal Plural Expresso, e os demais itens da pauta reivindicatória dos servidores do BC são alvos de debate no SinalCon 2021. A primeira edição do Congresso de Fóruns Virtuais Multitemáticos foi lançada no início de junho e ocorre por meio de grupos no Facebook. Para saber mais, acesse nosso site (sinal.org.br) e na seção “Em Pauta” (no meio da página), clique em “SinalCon 2021”.

Você também pode solicitar ingresso nos grupos enviando e-mail para mudarnosinal@sinal.org.br.

Participe!

Os informativos e documentos citados nas matérias podem ser acessados na versão digital do Sinal Plural Expresso, disponível em nosso site (sinal.org.br), na aba “Publicações”, ou pelo QR Code ao lado.

Construa, junto conosco, este boletim. Envie comentários e sugestões de assuntos que você gostaria de ver aqui para sinalplural@sinal.org.br.



Use a câmera do seu smartphone para acessar.